



RELATÓRIO DA DIRETORIA

O ano de 2013, último do mandato iniciado em dezembro de 2010, no segmento das finanças do clube, apresentou poucas novidades, mas todas acrescentaram dificuldades ao processo gerencial.

Ao pé do relatório do ano passado, ainda confiado que a Procuradoria da Fazenda Nacional daria ao Fluminense tratamento isonômico, afirmamos: "No mais, aproveitamos a oportunidade para dizer que o ano de 2014 será ainda um período de muita dificuldade financeira a exigir vigilância absoluta sobre as contas e projetos do Fluminense, mas poderá ser o momento de solução definitiva da dívida ainda não administrável, aquela que coloca em risco o planejamento de médio e longo prazos".

Entretanto, a PGFN não cumpriu o seu papel. Mesmo assim, não se perdeu a meta de diminuir o déficit no caminho de inverter-lhe o sinal. Em 2012, R\$ 3.716.000,00; em 2013, R\$ 3.308.000,00, redução de 10,98%. Poderia ter sido mais, não ocorressem as situações adiante comentadas.

Sendo poucas as novidades e considerado o desenho novo do Conselho Deliberativo por causa da eleição, está posto no final da presente exposição, aquela que serviu de apresentação para o relatório de 2012.

No ano todo de 2013, a Procuradoria da Fazenda Nacional permaneceu como continua, com argumentos fúteis a adiar sem negar em definitivo, a decisão de conceder ao Fluminense tratamento isonômico ao oferecido a outros clubes por privilégios.

Sem o parcelamento pretendido e com justo motivo esperado, as receitas dos direitos de transmissão televisiva permaneceram, como permanecer, penhoradas diretamente na fonte, para fazer frente às dívidas contraídas no período de 2007 a

2010, situação que por si só estrangula o fluxo de caixa à quase impossibilidade de administrá-lo com eficiência.

Não fosse suficiente a penhora, ao saber da venda dos direitos econômicos do Wellington Neto (devido ao vazamento da informação), a Procuradoria da Fazenda Nacional, numa atitude inusitada, com a intenção de reter todo o valor da venda, excluiu o Fluminense da TIMEMANIA (05.06.2013).

Decisão, de fato, fora dos padrões costumeiros e da rotina da Receita Federal, aplicada, de início, exclusivamente, ao Fluminense por causa de quatro parcelas em atraso. E, é possível confirmar por comparação que, por motivos mais graves, outros clubes deveriam ter sido excluídos antes do Fluminense. Porém, a Procuradoria da Fazenda Nacional providenciou o parcelamento da dívida para os clubes em questão.

A incompreensível decisão de exclusão foi revogada no momento em que o Congresso Nacional fez o que não havia feito antes e foi chamado a fazer exatamente em razão da exclusão arbitrária do Fluminense: regulamentar o procedimento. Depois disso, com o pagamento das parcelas atrasadas, o Fluminense foi reincluído no programa no dia 31 de outubro de 2013, decisão homologada no dia 07 de novembro.

Entretanto, a informação ainda não aparece no site da Receita Federal por problemas operacionais, conforme informação dos Procuradores.

Os quatro meses de exclusão somou mais problemas à gestão financeira. O mais grave deles todos, o atraso de quase três meses nos salários e remunerações, pela primeira vez em dois anos e meio.

A qualidade do desempenho do Fluminense no Campeonato Brasileiro de Futebol de

igual modo influenciou a gestão financeira, principalmente, quando se compara 2013 com 2012, ano em que o time sagrou-se Campeão Brasileiro.

Para não encerrar o Campeonato de 2013 sem pagar aos jogadores e equipe técnica o prêmio pelo Campeonato de 2012, o Fluminense precisou cumprir ainda mais o seu sistema de contas, porque o valor do prêmio, no final de 2012, foi objeto de penhora judicial determinada a pedido da Procuradoria da Fazenda Nacional.

O modo como a Procuradoria da Fazenda Nacional se relaciona com o Fluminense chamou a atenção do Ministério Público, que iniciou procedimentos de investigação e apuração de responsabilidades. Os advogados contratados pelo Fluminense para atuar na área criminal acompanham o caso.

Há, como se vê, dificuldades ainda no percurso do ano de 2014, que se inicia, mas elas não são nem tão motivo para desestímulo e para evitar os investimentos nos projetos estratégicos e prioritários do Fluminense.

Por isso, não paramos o processo de formação de novos atletas, nem suspendemos a consolidação do programa Sócio Futebol, muito menos deixamos de perseguir a qualidade no atendimento aos sócios que frequentam o Clube Social, nem esmorecemos no trabalho de corresponder à confiança dos torcedores.

De igual modo, estamos focados no projeto de reestruturação do Fluminense, para dar fôlego e oportunidade de crescimento à prática de esportes olímpicos de melhoria das escolinhas.

Os desafios são parte da nossa história e incitam o trabalho que todos nós, administradores e conselheiros estamos a empreender em favor do Fluminense.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)

	2013	2012
Receita Líquida (Nota 20)	(74.337)	(69.313)
Custos do Departamento de Esportes	(31.559)	(32.760)
Profissional	(7.433)	(6.931)
Gastos com Pessoal	(31.559)	(32.760)
Serviços Profissionais	(2.794)	(5.067)
Gastos com Jogos e Bonificações	(7.510)	(4.985)
Direitos de Imagem e de Arena	(6.361)	(6.970)
Amortização Atletas Profissionais Contratados	(10.433)	(11.227)
Gastos Gerais	(15.680)	(8.304)
Amador	(7.676)	(7.022)
Gastos com Pessoal	(2.716)	(2.624)
Serviços Profissionais	(703)	(598)
Gastos Gerais	(4.257)	(3.800)
Total de Custos do Departamento de Esportes	(82.013)	(76.335)
Resultado Operacional Bruto	34.575	67.694
Clube Social	(37.883)	(71.410)
Despesas Operacionais	(6.522)	(6.885)
Despesas com Pessoal	(4.551)	(4.618)
Serviços Profissionais	(5.805)	(4.870)
Financiarias Líquidas	(16.176)	(29.431)
Despesas com Depreciação e Amortização	(2.526)	(2.273)
Despesas com Provisões - (Contingências)	(2.303)	(23.333)
Déficit do Exercício	(3.308)	(3.716)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

	Fundo Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Déficits Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2011	(333.495)	298.289	(34.135)	(69.342)
Transferência Déficit	(34.135)			34.135
Realização do Custo Atribuído	2.067	(2.067)		
Déficit no Exercício			(3.716)	(3.716)
Em 31 de dezembro de 2012	(365.563)	296.222	(3.716)	(73.058)
Transferência Déficit	(3.716)			3.716
Realização do Custo Atribuído	2.067	(2.067)		
Déficit no Exercício			(3.308)	(3.308)
Em 31 de dezembro de 2013	(367.212)	294.155	(3.274)	(76.366)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)

	2013	2012
Atividade Operacional		
Déficit do Exercício	(3.308)	(3.716)
Ajustes para Conciliação		
Depreciação	2.526	2.273
Amortização do Intangível	10.433	11.227
Despesas com Provisão para Contingências	2.303	19.144
Baixa do Imobilizado		240
Despesas Juros e Atualizações	10.268	16.653
Receitas Apropriadas	(8.702)	(4.723)
Resultado Operacional Bruto	13.520	41.098
Aumento(Diminuição) no Ativo Circulante e Não Circulante		
Contas a Receber	3.636	(62.372)
Adiantamento de Terceiros	37	
Estoques	22	538
Despesas a Apropriar		353
Depósitos Judiciais	(353)	(7.948)
Aumento (Diminuição) no Passivo Circulante e Não Circulante		
Fornecedores	1.547	(113)
Imagem de Atleta a Pagar	(725)	
Obrigações Fiscais e Sociais	10.020	25.844
Contas a Pagar	12.357	17.051
Credores Diversos	(188)	457
Parcelamentos	(3.928)	2.332
Receitas a Realizar	(5.395)	
Provisão P/ Contingências	3.109	
Acordos	(9.618)	(2.425)
Caixa Líquido das Atividades de Operacionais	24.394	14.462
Atividades de Investimento		
Direitos Sobre Atletas de Futebol		
Líquido do Intangível	20.164	7.270
Pagamentos Referente Formação de Atletas	(4.745)	(4.996)
Patrimônio		
Aquisição de Imobilizado	(921)	(2.275)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	14.498	(1)
Atividades de financiamento		
Aquisição de Empréstimo	24.128	23.729
Amortização de Empréstimos	(38.992)	(34.370)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(14.864)	(10.641)
Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	24.028	3.820
Demonstração da Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		
No Início do Exercício	4.625	805
No Fim do Exercício	28.653	4.625
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	24.028	3.820

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	dezembro de 2013	dezembro de 2012	janeiro de 2012
ATIVO			
Circulante	59.572	39.842	17.523
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	28.653	4.625	805
Contas a Receber (Nota 6)	29.763	33.649	13.990
Adiantamentos a Terceiros	152	189	232
Almoxarifado	133	155	693
Despesas a Apropriar	871	1.224	1.803
Não Circulante	355.218	379.989	352.982
Contas a Receber	250		
Depósitos Judiciais	6.436	6.083	5.773
Contribuição Social a Recuperar	2.197	2.197	2.199
Investimentos			50
Imobilizado (Nota 7)	323.816	325.386	325.643
Intangível (Nota 7)	22.519	46.323	19.317
Total do Ativo	414.790	419.831	370.505

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais).

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Fluminense Football Club, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, tem por objetivo a prática social, cultural, cívico, recreativo e desportivo, cuja manutenção ocorre exclusivamente por conta das contribuições sociais (mensalidades), patrocínios, cotas de televisão e renda de jogos.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando aplicável para a mensuração de ativos ao valor justo.

Foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. E, adicionalmente, de acordo com as práticas contábeis definidas na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - nº 1429/13 que aprovou a Interpretação Técnica Geral ITG 2003 - Entidade Desportiva Profissional que regulamenta a contabilidade em entidades ligadas à exploração da atividade desportiva.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do clube no processo de aplicação das políticas contábeis do clube.

As principais estimativas e julgamentos aplicados incluem: avaliação sobre a realização das contas a receber de clientes, para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa; avaliação sobre risco de perdas em processos judiciais nos quais o clube seja parte ré, para fins de mensuração de provisões para passivos judiciais; e determinação de vidas úteis econômicas do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperação nas operações. Detalhes sobre estas estimativas contábeis e julgamentos estão apresentados na Nota 3.

2.2 CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores aproximados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado. Basicamente, esses saldos são originados em transações realizadas por aquisições e/ou vendas de atletas para o exterior.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários.

2.4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.4.1 CLASSIFICAÇÃO

O clube classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do clube compreendem, principalmente, "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa".

2.4.2 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o clube tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

2.5 CONTAS A RECEBER

As contas a receber correspondem aos direitos a receber oriundos de negociações de atletas, patrocínios, mensalidades de associados, contratos de locação e contratos de televisão.

Estão apresentados a valores de realização, sendo que as contas a receber de cliente no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das demonstrações financeiras. Quando aplicável, é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa - "PCLD" ou impairment em montante considerado suficiente pela administração para os créditos cuja recuperação esteja considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada clube com parcelas em atraso.

2.6 ALMOXARIFADO

Representa materiais de consumo registrados pelo valor de custo de aquisição.

2.7 DESPESAS ANTECIPADAS

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos apropriados ao resultado de acordo com o regime de competência.

2.8 DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias, cambiais e os correspondentes rendimentos auferidos, sendo classificados como ativos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a receber são apresentadas como ativo não circulante.

2.9 IMOBILIZADO

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico que inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os terrenos não são depreciados.

Em função da relevância dos montantes apresentados, o clube utilizou em 1º de janeiro de 2010 a opção da adoção de custo atribuído aos seus terrenos e edificações. Para os demais itens do ativo imobilizado a administração concluiu que o custo histórico se aproxima do valor justo em função de manutenções e portanto não requerem a adoção do deemed cost. O laudo de avaliação em 21 de dezembro de 2010 apresentou o valor justo no montante de R\$ 326.425 mil determinando um aumento de R\$ 59.663 mil em relação ao valor contábil de acordo com o BR GAAP antigo, que totalizava R\$ 266.762 mil. O valor baseado em avaliação por avaliadores independentes em 2010 foi aprovado pelo Conselho Diretor.

A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear a partir da entrada em operação dos bens, considerando taxas que contemplam as respectivas vidas úteis econômicas anuais conforme demonstrado a seguir:

	2013	2012
Edificações	51 a 95	51 a 95
Móveis e utensílios	10	10
Equipamentos diversos	5	5
Equipamento eletrônico	10	10

2.10 INTANGÍVEL

Nessa rubrica foram registrados os custos diretamente relacionados com a contratação e renovação de atletas profissionais, custo de atletas em formação e conforme determinado pela resolução nº 1.429/2013 os valores relativos a direito de imagem. A amortização dos valores dos contratos de atletas profissionais é realizada de acordo com o prazo de cada contrato, sobre o custo de formação dos atletas é considerada no encerramento do exercício a possibilidade de recuperação econômico-financeira (impairment) do valor líquido contábil de cada atleta em formação. Constatada que tal recuperação, total ou parcial, não se realizará, é constituída provisão para perda ou baixado do ativo.

Os direitos de imagem são registrados pelos valores nominais constantes nos contratos de cessão de direitos de imagem celebrados com atletas e comissão técnica, sendo as amortizações efetuadas de acordo com o prazo contratual.

2.11 PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças circunstanciais econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os atletas em formação tem seu custo avaliado anualmente para fins de impairment.

2.12 DÍVIDAS FISCAIS E SOCIAIS - TIMEMANIA

Apresentam os valores corrigidos monetariamente, conhecidos pela Administração, referentes a débitos fiscais e sociais.

2.13 EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Clube tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14 DEMAIS PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias, até a data do balanço, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.15 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E OUTRAS PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando o clube tem uma obrigação presente ou não formalizada resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tenha sido estimado com segurança.

2.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação a receber pela negociação de atletas, licenciamento de produtos, patrocínios entre outros. O clube reconhece a receita



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e conselheiros

Fluminense Football Club

Examinamos as demonstrações financeiras do Fluminense Football Club que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras – A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes – Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas

circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequada apresentação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva – O clube não divulgou o total de atletas vinculados contemplando o percentual de direito econômico individual de cada atleta conforme determinado pela Resolução nº 1429/2013 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Opinião – Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo acima, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fluminense Football Club em 31 de dezembro de 2013, o desempenho das operações, e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase – O Clube apresenta deficiência de capital de giro de R\$ 107.552 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 102.709 mil em 31 de dezembro de 2012), evidenciando a necessidade de aporte de recursos financeiros. A administração está envidando esforços com o objetivo de minimizar os impactos em seu fluxo de caixa.

Outros assuntos – Conforme mencionado na Nota nº 2, em decorrência da adoção inicial da ITG 2003 - Entidade Desportiva Profissional, do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, determinados saldos referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados como previsto na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa, e Retificação de Erro.

Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2014.

**MAZARS**

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP026467/O-7 S RJ

Carlos Aragaki
Sócio - CRC 1SP132091/O-1 S RJ

PARECER DESTE CONSELHO FISCAL

Com base nos relatórios analisados, com a assistência da Contadora do FFC, RAQUEL BARBOSA DE ROCHA DE SÁ e, ainda, com o parecer de MAZARS AUDITORES INDEPENDENTES, o Conselho Fiscal apresenta a V.Sª., integrando este relatório, seu Parecer sobre as contas apresentadas pelo Conselho Diretor, do exercício de 2013, que refletem a realidade econômico-financeira do F.F.C.. Pelos motivos expostos, este Conselho Fiscal opina pela aprovação das contas do exercício de 2013.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2014

Atenciosamente,

PEDRO EDUARDO SILVA ABAD – Presidente do Conselho Fiscal
DIRCEU CARMELO DA SILVA RANGEL – Vice Presidente